



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

## RELATÓRIO INSPEÇÃO CORREICIONAL

COMARCA	TAILÂNDIA
UNIDADE INSPECIONADA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE TAILÂNDIA
COMPETÊNCIA DA UNIDADE	CÍVEL, FAMÍLIA, COMÉRCIO, INFÂNCIA E JUVENTUDE E SUCESSÃO, CONFORME RESOLUÇÃO nº 005/2012-GP
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	01 e 02/03/2023
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	ALIANE DA COSTA DIAS (Diretora De Secretaria) e HANGRA HADASSA FEITOSA DA SILVA (Assessora)
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	LORENA RAMOS DO VALE (Analista Judiciário – CGJ)

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

#### 1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

CHARBEL ABDON HABER JEHA

#### 1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

- Férias:** 30 de novembro a 20 de dezembro do ano de 2022. PORTARIA Nº 4426/2022-GP, de 23.11.2022.
- Folgas compensatórias:** 30 de novembro a 20 de dezembro do ano de 2022. PORTARIA Nº 4426/2022-GP, de 23.11.2022.
- Licenças:** Não houve gozo de licenças pelo magistrado nos últimos três meses antecedentes a realização da inspeção.

#### 1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

O último período de plantão com atuação pelo magistrado foi de 13 a 26 de fevereiro de 2023 (14 dias consecutivos), conforme consulta na PORTARIA Nº 02/2023 - Direção Geral (ESCALA PLANTÃO-MÊS DE FEVEREIRO/2023) disponível na página do TJPA.

Restou verificado que as escalas de Plantão da Comarca estão sendo disponibilizadas na página do TJPA <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Comarca-de-Tailandia/605276-comarca-de-tailandia.xhtml> . Abaixo as escalas de Plantão disponibilizadas pela comarca referente aos três meses antecedentes a realização da inspeção (dezembro-22, janeiro-23 e fevereiro-23)

PORTARIA Nº 039/2022-Direção Geral – Estabelece o Plantão Judiciário da comarca de Tailândia no mês de DEZEMBRO DE 2022, disponível na página do TJPA, no link



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

acima.

**PORTARIA Nº 040/2022-Direção Geral** - Estabelece o Plantão Judiciário da comarca de Tailândia no mês de JANEIRO DE 2023, disponível na página do TJPA, no link acima.

**PORTARIA Nº 041/2022-Direção Geral** – Retificação na escala disponibilizada pela Portaria nº 040/2022-Direção Geral.

**PORTARIA Nº 02/2023-Direção Geral** - Estabelece o Plantão Judiciário da comarca de Tailândia no mês de FEVEREIRO DE 2023, disponível na página do TJPA, no link acima.

Restou observado que a partir de 09 de janeiro de 2023, não houve regularidade periodicidade da escala de plantão entre 1ª e 2ª Varas, **houve períodos de plantão na escala de 07 (sete) dias corridos para cada unidade no mês de janeiro, assim como 14 (catorze) dias corridos para a 2ª Vara no mês de fevereiro.**

**1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?**

Nenhum.

Restou informado pela Secretaria da CGJ de que não havia expediente pendente de resposta pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Tailândia.

**1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?**

A equipe da unidade apontou por ocasião do preenchimento do relatório que a última reunião para confecção/atualização do plano de ação teria se dado em 09/01/2023.

Por ocasião da correição, a equipe da Secretaria da unidade judicial disse que **a unidade não tem o plano de ação**, apenas organização da distribuição de tarefas entre a equipe por meio de conversas informais sobre a organização do trabalho.

**Não consta Plano de Ação dos autos nº 0000768-30.2023.2.00.0814 (auto correição ordinária da 2ª Vara Cível e Empresarial de Tailândia, com relatório apresentado em 15 de março de 2023), nem foi enviado com o pré-preenchimento do presente relatório de inspeção.**

**Necessária a discussão do Plano de ação pela equipe da unidade (secretaria e gabinete).**

**2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:**

**2.1. Quadro de pessoal:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Atualmente lotados 07 (sete) servidores (conforme tabela de janeiro de 2023), sendo 5 na secretaria e 2 no gabinete. No Painel de gestão da unidade também são apontados 07 (sete) servidores.

Link <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Secretaria-de-Gestao-de-Pessoas/407271-tlp-res-no-219-cnj.xhtml>

### 2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	04
Exclusivamente comissionados(as)	-
Cedidos(as)/Requisitados(as)	01
Estagiários/as	01
Terceirizados/as	0

Informe local de trabalho para pesquisa:

2ª Vara da Comarca de Tailândia

SubArea Comarcas do Interior  
Lotação 2ª Vara da Comarca de Tailândia  
Gestor(a) Aliane da Costa Dias  
Localização FORUM DES. SADI MONTENEGRO DUARTE  
Telefones (91) 3752-1311  
E-mail Institucional  
Juiz Titular Charbel Abdon Haber Jeha  
Juiz Substituto Victor Barreto Rampal

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Adriano de Oliveira Nunes	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Fundamental	Normal
Aliane da Costa Dias	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Charbel Abdon Haber Jeha	Magistrados	Diretor do Forum de Tailandia	Afastamento: Folga Plantao Judiciario: 05/06/2023 - 06/06/2023 - Dia(s): 2.
Jose Maria da Rocha Correa	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Luivaldo Cohen Borges	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Thais Fabiane Jansen de Sa Ferreira	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Wartison Furtado Mendes	Estagiario	Estagiario	Normal

Fonte: IGP – servidor NADER compoendo a lotação da Central de Mandados de Tailândia.

OBS 1.: Os dois servidores Auxiliares Judiciários (Aliane e José Maria) possuem formação em Direito e a primeira ocupa o cargo de Diretora de Secretaria da unidade.

OBS 2.: O servidor NADER não aparece na lotação da unidade no IGP. Pelo referido sistema ele está lotado na “Central de Mandados da comarca de Tailândia”. Por outro lado, restou constatado durante a inspeção que ele exerce as atividades na 2ª Vara Cível e Empresarial de Tailândia, conforme descrição de tarefas no item 2.3 abaixo. Não está impactando na lotação paradigma e nem no Painel de gestão no que se refere ao IPS.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Informe local de trabalho para pesquisa:

Central de Mandados da Comarca de Tailândia



SubÁrea Comarcas do Interior  
Lotação Central de Mandados da Comarca de Tailândia  
Gestor(a) Charbel Abdon Haber Jeha  
Localização FORUM DES. SADI MONTENEGRO DUARTE  
Telefones (91) 3752-1311  
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Augusto Cesar de Oliveira Moreira	Efetivo	Oficial de Justiça Avaliador	Afastamento: Licença para tratamento de saúde: 11/05/2023 - 09/06/2023 - Dia(s): 30.
Carlos Alberto Oliveira Mendes	Efetivo	Oficial de Justiça Avaliador	Normal
Daniel Vieira Correa	Efetivo	Oficial de Justiça Avaliador	Normal
Jose Maronilton Luiz da Silva	Efetivo	Auxiliar de Segurança	Normal
Nader Cristino do Carmo Batista	Efetivo	Auxiliar Judiciário	Normal
Vinicius Salvador da Silveira	Efetivo	Oficial de Justiça Avaliador	Normal

FONTE: IGP

### 2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	1
Exclusivamente comissionados(as)	1
Cedidos(as)/Requisitados(as)	1
Estagiários(as)	-
Terceirizados(as)	-

Informe local de trabalho para pesquisa:

Gabinete da 2ª Vara da Comarca de Tailândia



SubÁrea Comarcas do Interior  
Lotação Gabinete da 2ª Vara da Comarca de Tailândia  
Localização FORUM DES. SADI MONTENEGRO DUARTE  
Telefones (91) 3752-1311  
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Hangra Hadassa Feitosa Nogueira	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal
Lucas Gomes Veras	Efetivo	Analista Judiciário	Normal

Fonte: IGP

OBS.: Indicaram ainda que possuem a servidora Francimar Oliveira Trindade, cedida da Prefeitura de Tailândia, que atua no gabinete da unidade desde dezembro de 2022.

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Sim, por ocasião da realização da inspeção foram apontados 04 (quatro) servidores em teletrabalho, sendo um do gabinete e três da secretaria.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**Observa-se que o número de 04 (quatro) servidores em teletrabalho ultrapassa o percentual máximo de 30% estabelecido pela Portaria Conjunta nº 2/2023-GP/CGJ, de 08 de março de 2023, editada logo após o período da inspeção. A Portaria Conjunta nº 2/2023-GP/CGJ, de 08 de março de 2023, alterou a Portaria nº 2640/2022-GP, de 19 de julho de 2022 para fins de adequação à Resolução nº 481/2022-CNJ.**

Os servidores em regime de teletrabalho encaminham mensalmente relatório de produtividade ao magistrado.

1. **Lucivaldo Cohen Borges** - meta mensal é **210 atos** - periodicidade de revisão: a cada 2 anos  
Realiza atos de secretaria  
**Férias em janeiro de 2023**

**ANEXO I** – Relatório de teletrabalho novembro 22 - quadro

**ANEXO II** – Relatório Teletrabalho dezembro 22 – filtro planilha

**ANEXO III** – Relatório de teletrabalho dezembro 22 – quadro

**ANEXO IV** – Relatório de teletrabalho fevereiro 23 – filtro planilha

**ANEXO V** – Relatório de teletrabalho fevereiro 23 - quadro

2. **Thaís Fabiane Jansen de Sá Ferreira** - meta mensal é **200 atos** - periodicidade de revisão: a cada 1 ano  
Realiza atos de secretaria.

**ANEXO VI** – Relatório de teletrabalho dezembro 22

**ANEXO VII** – Relatório de teletrabalho janeiro 23

**ANEXO VIII** – Relatório de teletrabalho fevereiro 23

3. **Lucas Gomes Veras**: meta mensal é **200 atos** - periodicidade de revisão: a cada 2 anos  
Realiza minutas de atos judiciais (despachos, decisões e sentenças)

**ANEXO IX** – Relatório de teletrabalho dezembro 22. quadro

**ANEXO X** – Relatório de teletrabalho dezembro 22. Descrição de processos

**ANEXO XI** – Relatório de teletrabalho janeiro 23. quadro

**ANEXO XII** – Relatório de teletrabalho janeiro 23

Não disponibilizou relatório de fevereiro de 2023

4. **Nader Cristino do Carmo Batista** – Auxiliar Judiciário - meta mensal é de **200 atos** - Periodicidade de revisão: a cada 2 anos  
Realiza atos de secretaria.

O plano de trabalho do servidor não faz referência a unidade em que pratica os atos durante o teletrabalho e o mesmo não se encontra na lotação da 2ª Vara Cível e Empresarial de Tailândia, conforme sistema IGP.

**ANEXO XIII** – Relatório de teletrabalho novembro 22



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**ANEXO XIV – Relatório de teletrabalho dezembro 22**

**ANEXO XV – Relatório de teletrabalho janeiro 23**

Não apresentou relatório de fevereiro de 2023.

Os prints de tela abaixo foram apontados pela unidade, referente ao IPS da vara e print do Painel de Atividades.

The screenshot displays a Microsoft Power BI dashboard titled "Tribunal de Justiça do Estado do Pará - PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU". The dashboard is for the "2ª VARA DE 1ªª ANDARA" and shows the following metrics:

- IPS - Índice de Produtividade do Servidor: 5
- Servidores em Secretaria: 2
- Servidores em Gabinete: 0
- Servidores Afastados: 0
- Índice de Produtividade do Servidor: 172
- Processos Baixados: 1.207
- Servidor(es): 7

A table titled "Lista de servidor(es) ativos na Unidade" is also visible, with the following data:

MATRICULA	NOME	CARGO	VINCULO	TIPO CUI	At
16340	ADRIANA DA ROCHA CORTEZ	Analista Judiciário	Estável	TREM	
16846	ADRIANO DE OLIVEIRA ALVES	Secretário - Área Fundament	Emp. Estado - Período	TE	
17266	AUDALINO DO-IV-BORGES	Analista Judiciário - Área Judiciária	Estável	TREM	
16841	LUCAS SOARES VIANA	Analista Judiciário - Área Judiciária	Período	TREM	
16342	ALAN DA COSTA DUZ	Analista Judiciário	Estável	TREM	
16020	MARCIA FALCÃO FERREIRA	Desenvolvimento Computador	TREM		
16848	THAYS MARILEANOS DE SA REZENDE	Analista Judiciário - Área Judiciária	Estável	TREM	



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

NOME DO SERVIDOR	DENOME	NOMEORGAO	ATO PRATICADO	DATA	PROCESSO
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	ICRM-Minutar ato de decisão	06/01/2023 00:00:00	0000098330
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	ICRM-Minutar ato de decisão	06/01/2023 00:00:00	0000127420
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	ICRM-Minutar ato de decisão, inciso em Saque	16/01/2023 00:00:00	0000282250
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	10201 - Movimentação processual	16/01/2023 00:00:00	0000536320
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	10201 - Movimentação processual	17/01/2023 00:00:00	0000952300
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	10201 - Movimentação processual	06/02/2023 00:00:00	0000727030
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	10201 - Movimentação processual	31/05/2023 00:00:00	0000467030
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	10201 - Movimentação processual	02/07/2023 00:00:00	0000520520
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	10201 - Movimentação processual	05/02/2023 00:00:00	0000898330
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	10201 - Movimentação processual	13/02/2023 00:00:00	0000734070
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	10201 - Movimentação processual	16/02/2023 00:00:00	0000882250
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	10201 - Movimentação processual	16/02/2023 00:00:00	0000182020
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	10201 - Movimentação processual	22/02/2023 00:00:00	0000744200
LUCAS GOMES VERAS	LUCAS GOMES VERAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILANDIA	10201 - Movimentação processual	24/02/2023 00:00:00	0000914420
<b>Total</b>					

Resumo das atividades de servidores no Painel de Atividades:

NOME DO SERVIDOR	DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
LUCIVALDO COHEN BORGES	ADRIANO DE OLIVEIRA NUNES	522	1.465	240
	ALIANE DA COSTA DIAS	1.298	2.144	618
	JOSE MARIA DA ROCHA CORREA	501	1.321	238
	LUCIVALDO COHEN BORGES	1.413	2.585	605
	THAIS FABIANE JANSEN DE SA FERREIRA	1.420	2.706	712
<b>Total</b>		<b>5.154</b>	<b>10.321</b>	<b>1.576</b>

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

O controle de produtividade é feito pelo Painel de Atividades que fica na ferramenta "Gestão Judiciária".

Os servidores da unidade descreveram brevemente para a equipe da inspeção as tarefas de cada um, conforme exposição abaixo:

**LUCIVALDO** – análise e cumprimento de decisão e despacho e de decisões de audiências especificamente (atos de comunicação simplificado). Alimentos cumprem de imediato. Também realiza o cumprimento dos atos preparatórios das audiências.

**ALIANE** – avaliação de cumprimento das liminares e tutelas, verifica os agrupadores, verifica justiça gratuita e cumpre os atos de julgamento (sentenças). Verifica o e-mail



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

diariamente e balcão virtual. Controle de etiquetas.

**JOSÉ** – verifica malote digital da 2ª Vara envolvendo cartas precatórias, ofícios sobre outros processos, atendimento de balcão presencial, cumprimentos diversos essencialmente dos processos que estejam paralisados

**NADER** – Verifica os processos com etiquetas “Cumprimento urgente”, cumprimento de cartas precatórias e certificação de prazo.

**THAIS** – Verifica processos com a etiqueta “Cumprimento”, verifica também os agrupadores.

**ADRIANO** – Não foram relatadas tarefas específicas com relação ao servidor Adriano, apenas registro de atos de secretaria.

**OBS.:** Os agrupadores são verificados diariamente pela secretaria e, no momento da análise, o servidor cumpre imediatamente ou coloca etiqueta se se tratar de tarefa mais complexa. Neste momento fazem o ajuste de fluxo.

**PAINEL DE GESTÃO DE ATIVIDADES - TJPA**  
RELATÓRIOS DO 1º GRAU  
Fonte: Base de dados do EPM

Nome da UP: Todos  
Unidade Locação: 2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA

Seleção um período: 01/01/2022 a 15/02/2023

NOME DO SERVIDOR	NOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
Adriano de Oliveira Nunes	ADRIANO DE OLIVEIRA NUNES	465	1271	238
Aliane da Costa Dias	ALIANE DA COSTA DIAS	1784	3274	883
Jose Maria da Rocha Correa	JOSE MARIA DA ROCHA CORREA	975	2407	521
Thais Tabane Jansen de Sa Ferrera	THAIS TABANE JANSEN DE SA FERRERA	2.803	4.141	783
Lucivaldo Cohen Borges	LUCIVALDO COHEN BORGES	2.282	4.120	969
Thais Tabane Jansen de Sa Ferrera	THAIS TABANE JANSEN DE SA FERRERA	2.282	4.120	969
<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>8.822</b>	<b>16.099</b>	<b>1.960</b>

DESCRIÇÃO DOS ATOS PRATICADOS	DENOME	NOMEORGÃO	ATO PRATICADO	DATA	PROCESSO
Reservar	ALIANE DA COSTA DIAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	14/02/2022 00:00:00	00005981500
Informar pagamento de custas intermediárias	THAIS TABANE JANSEN DE SA FERRERA	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	08/02/2022 00:00:00	00005710720
CRIM) Agendamento penal	JOSE MARIA DA ROCHA CORREA	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	07/02/2022 00:00:00	00004912920
CRIM) Auxiliar identificação de documento	THAIS TABANE JANSEN DE SA FERRERA	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	14/02/2022 00:00:00	00004792520
CRIM) Comparecêto (prelúdio de audiência)	ALIANE DA COSTA DIAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	16/02/2021 00:00:00	00000592520
CRIM) Comparecêto (prelúdio em flagrante criminoso)	JOSE MARIA DA ROCHA CORREA	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	07/02/2022 00:00:00	00004683020
CRIM) Motivo documental	ALIANE DA COSTA DIAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	15/02/2022 00:00:00	00004515620
CRIM) Passagem ato de comunicação simplificado criminoso	JOSE MARIA DA ROCHA CORREA	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	07/02/2022 00:00:00	00004517720
CRIM) Presença intermediária	JOSE MARIA DA ROCHA CORREA	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	07/02/2022 00:00:00	00004338720
CRIM) Selecionar uma entre de mandatos	THAIS TABANE JANSEN DE SA FERRERA	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	29/02/2022 00:00:00	00003948020
CRIM) Verificar manutenção	THAIS TABANE JANSEN DE SA FERRERA	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	15/02/2021 00:00:00	00004072200
CRIM) Verificar providência a adotar	ALIANE DA COSTA DIAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	09/02/2022 00:00:00	00004344220
DE - Mandado	ALIANE DA COSTA DIAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	06/02/2022 00:00:00	00003528420
DE - Resposta (pedido ou recurso de Justiça Estadual)	ALIANE DA COSTA DIAS	2ª VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA	Informar pagamento de custas intermediárias	06/02/2022 00:00:00	00003380020
<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



**2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?**

A equipe da unidade apontou que a produtividade dos servidores é aferida pelo Painel de Atividades.

Tal como relatado no item 1.5, tem-se que a unidade não possui Plano de Ação e o mesmo não foi discutido e trabalhado entre toda a equipe, de modo que não há como haver acompanhamento até então por meio de plano.

**3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:**

**3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?**

A unidade não identificou qualquer pleito administrativo anterior quando da inspeção.

**4. DADOS ESTATÍSTICOS:**

**4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:**

\*Data de coleta de dados pela Unidade: 15/02/23.

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	2.139	2.126



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	144	143
Total do acervo com prioridade	333	318
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	531	483
Total de processos conclusos para o (a) magistrado (a)	93	45
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	5	5
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	26	10

#### 4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Incluídos os meses integrais de dezembro e janeiro, e parcialmente o mês de fevereiro.

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	<b>Total: 252</b> (até 15/02)
Total de processos julgados	<b>Total: 416</b> (até 15/02)
Total de processos baixados definitivamente do acervo	<b>Total: 97</b> (até 15/02)

#### 4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Incluídos os meses integrais de dezembro e janeiro, e parcialmente o mês de fevereiro.

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	<b>Total:557</b> (até 15/02)
Despachos	<b>Total:736</b> (até 15/02)
Sentenças com resolução de mérito	<b>Total:240</b> (até 15/02)
Sentenças sem resolução de mérito	<b>Total:176</b> (até 15/02)
Audiências realizadas	<b>Total:159</b> (até15/02)

#### 4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

Não

### 5. METAS NACIONAIS:

#### 5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade. Anexar.

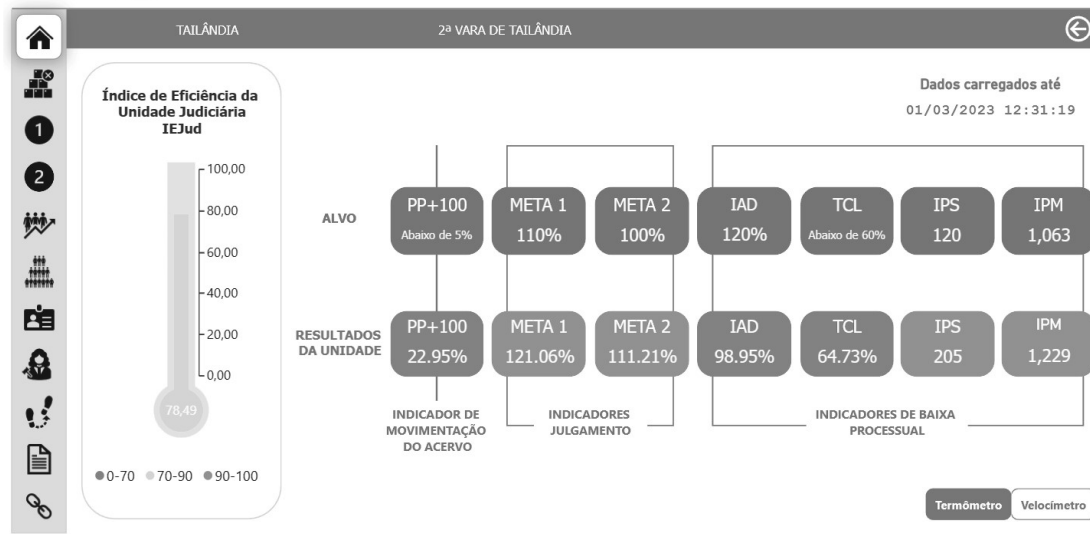
Magistrado. Os processos com meta são prioridade.  
Não existe Plano de Ação na unidade, conforme relatado no item 1.5.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU



## 6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

### 6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- Movimentação processual;
- Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- controle dos prazos e imediata certificação.

6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJEOR n. 0002009-73.2.00.0814) –

### Os 03 (três) processos apontados pela unidade como amostragem:

- **Processo nº 0097662-47.2015.8.14.0074** – Execução de Título Extrajudicial – Decisão de suspensão datada de 28.08.2022 - ainda está na condição de suspenso, determinada por 01 ano, nos termos do art. 921, inciso III e §1º, do CPC (agosto de 2022);

### Observações da CGJ:

Restou verificado pela equipe da CGJ que os autos ainda se encontram na lista de



processos suspensos do Painel de Gestão Judiciária, conforme determinação judicial.

- **Processo nº 0008239-37.2019.8.14.0074 – Execução de Medida de Proteção da Criança e Adolescente – durante o período de inspeção** ainda estava na condição de suspenso, determinada por 03 meses, nos termos do art. 19, §1º, ECA. (dezembro de 2022)

#### **Observações da CGJ:**

- Restou verificado que se trata de procedimento de medida de proteção e que a criança possui hidrocefalia.
- O **acolhimento institucional** foi determinado na decisão id 66706834, ainda em autos físicos (ora digitalizados e migrados), na data de **13 de setembro de 2019**.
- Em **01 de dezembro de 2023**, diante do estudo sociopsicopedagógico, foi **mantida a medida protetiva de acolhimento aplicada a criança e determinada suspensão do processo por três meses**, em observância ao artigo 19, §1º, do ECA.
- Até a data de **05 de abril de 2023 não houve qualquer nova decisão nos presentes autos, tampouco a retirada da suspensão**, mesmo já tendo sido atingido o período de 03 (três) meses num processo que conta com prioridade.
- Ressalta-se que no dia **23.02.2023 há uma movimentação de apensamento nos presentes autos aos de nº 0800165-87.2021.814.0074 (perda/suspensão do poder familiar)**, sem fazer a retirada da suspensão.
- Embora haja o apensamento, são demandas independentes, pelo que, **decorrido o prazo de 03 (três) meses os autos já deveriam estar conclusos ao magistrado para análise.**
- Embora escolhido o movimento quando do lançamento da decisão para suspensão de processo, não houve movimentação da secretaria para tal finalidade
- Autos não regulares
  
- Em consulta aos autos nº **0800165-87.2021.814.0074 (perda/suspensão do poder familiar)**, tem-se que a **último provimento judicial se deu em 23.02.2023 determinando diligências e indicando que a perda/suspensão do poder familiar tramitaria de forma conexa com o acolhimento e de que, por ora, não determinaria a extinção por continência.**

- **Processo nº 0007050-29.2016.8.14.0074 – Cumprimento de Sentença – Em 22 de junho de 2022 foi determinada a suspensão pelo prazo de 01 (um) ano.**

#### **Observações da CGJ:**

Os autos ainda estão suspensos por determinação judicial de 01 ano (junho de 2022), houve peticionamento pela parte apontando juntada de comprovante de custas para as consultas de INFOJUD, BACENJUD, RENAJUD e expedição de certidão. Houve a expedição da certidão para fins de protesto solicitada pelos advogados do demandado (id 81776448) sem a respectiva conclusão dos autos sobre os demais pleitos (infojud, renajud e bacenjud), de modo que não há decisão sobre os pleitos tampouco a sobre a manutenção da suspensão. Autos constam da lista de suspensos da unidade no Painel de Gestão Judiciária.



**6.3. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)**

A unidade apontou o item como prejudicado por informar que não existem bens apreendidos em processos em trâmite naquela unidade.

Nada foi informado sobre bens apreendidos por ocasião de lavratura de autos pela prática de ato infracional, a quando são apreendidos bens com adolescente infrator.

**6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e quaisquer natureza de comunicação?**

A unidade apontou que realiza diariamente, na medida da análise dos autos, caso seja necessário proceder qualquer atualização.

Restou verificado que não existe uma rotina específica de atualização de cadastro de partes e advogados nos autos eletrônicos em tramitação, sendo salutar que a unidade passe a imprimir esta rotina, especialmente quando da realização de audiências, ocasião em que o servidor responsável pelo acompanhamento da audiência também tem a oportunidade de confirmar todos os dados e proceder a atualização de imediato, ou logo ao final da audiência, no sistema Pje. Tudo em razão de que a atualização dos dados é essencial para a automação na confecção de documentos no sistema pje por meio de variáveis.

**6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?**

**55** (cinquenta e cinco) notificações aguardam verificação nos agrupadores, sendo a data mais antiga dia 03/02/2023

**6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP? A Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade realiza verificação periódica do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJl (Registro Judicial Individual)? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).**

A unidade não tem competência criminal. Mas há possibilidade, diante da competência, de expedição de Mandados de Prisão Civil, tanto que constatado a existência de presos vinculados a Unidade.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Orgão Logado: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Página Inicial Pessoas Peças Relatórios Dashboard Alertas

**0 Internados**

- 0 Internado Provisório
- 0 Internado Execução Provisória
- 0 Internado Execução Definitiva

**3 Presos**

- 2 Preso Provisório
- 1 Preso Civil
- 0 Preso Condenado em Execução Provisória
- 0 Preso Condenado em Execução Definitiva

**Outros Status:**

- 36 Procurado
- 0 Foragido
- 0 Morto
- 85 Em liberdade

**Resultado da pesquisa**

RJI	Nome da Pessoa	Sexo	Nº da Peça	Nome da Peça	Data da Peça	Órgão Expedidor
Nenhum registro encontrado						

Total de registros: 0

A partir dos dados visualizados no Banco Nacional de Mandados de Prisão (print de tela acima), estão vinculados a unidades 03 (três) presos, sendo 02 (dois) provisórios e 01 (um) decorrente de prisão civil.

Os dois provisórios se referem aos processos nº 0800029-22.2023.8.14.0074.01.0001-12 e 0800485-69.2023.8.14.0074.01.0001-01, os quais estão **em tramitação na 1ª Vara de Tailândia**.

É necessário que a **2ª Vara de Tailândia, como medida urgente**, realize a migração dos Mandados de Prisão no BNMP para a Vara competente, conforme orientações constantes do Manual do BNMP disponível no site do TJPA. <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1535179-saneamento-do-bnmp-e-tema-de-reuniao-da-presidencia.xhtml>

Ressalta-se que em todas as ocasiões que o Juiz da 2ª Vara de Tailândia expedir ordens de prisão no plantão judicial, é necessário fazer a migração das peças (mandados de prisão, alvarás de soltura e outros) para a vara competente.

Verificou-se ainda a existência de **36 (trinta e seis) ordens de prisão aguardando cumprimento**. Destas, foi possível observar que em **dois casos não há registro do número do processo** em que foi expedido o mandado de prisão, pelo que é **necessário a verificação da totalidade da lista e depuração dos mandados em aberto**, verificando a integralidade das informações lançadas no BNMP (nome, número do processo e demais dado, e, **essencialmente, a validade da ordem de prisão**), promovendo as correções necessárias. Vale ressaltar que, os servidores responsáveis pela expedição dos mandados, quando da expedição no BNMP devem sempre realizar exímia conferência dos dados e expedição dos respectivos alvarás de soltura diretamente no BNMP, com registro no sistema Pje.

**6.7. A remessa de processo no PJE está sendo motivada? Apontar 1 amostragem.**

Sim, 0800085-60.2020.8.14.0074.

**6.8. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

447 (quatrocentos e quarenta e sete).

**6.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?**

7 (sete).

**6.10. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?**

Sim, 26 (vinte e seis) processos.

**7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:**

**7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?**

A equipe da unidade informou pela inexistência de central de mandados na comarca. Ressalta-se que há questão do servidor Nader. Auxiliar Judiciário, com lotação na central de Mandados da unidade.

**7.2. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)**

Não, pois as decisões, despacho e sentença já servem como Mandados.

Deve ser observado o número máximo de 3 folhas para que seja usado despacho/decisão/sentença.

**7.3. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da secretaria.**

Secretaria ciente do ofício-circular nº 019/2023-CGJ (PP 000401-06.2023.2.00.0814) e estavam tomando providências para apresentar resposta até o dia 15 de março de 2023.

660 (seiscentos e sessenta) mandados como pendentes no Pje.

**7.4. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?**

60 (sessenta) dias.

**7.5. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?**

Durante a inspeção foi verificado que a unidade não possuía controle de cartas precatórias enviadas e diante do questionamento criaram etiqueta relacionada a “Carta Precatória” para realização deste controle.

**7.6. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**56 (cinquenta e seis) processos** pendentes de cumprimento, sendo que um deles está há mais de 03 (três) meses – 241 dias.

Processo nº 0002691-31.2019.814.0074.

Motivo: grande demanda do Setor Multidisciplinar da Comarca, tendo em vista que a finalidade da Carta Precatória é a realização de estudo social.

Durante a inspeção restou constatado que os autos nº 0002691-31.2019.814.0074 são físicos, não chegou a ser digitalizado nem migrado.

Em consulta pela numeração no Pje na data de 05 de abril de 2023 não foi encontrado. Em consulta aos autos no sistema LIBRA tem-se que o último despacho data de 16.04.2019. Há uma cobrança da devolução da carta datada de 13.06.2022 e **não há qualquer movimentação de digitalização e migração dos autos ao sistema Pje.**

## **8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:**

**8.1. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.**

Mês anterior: Janeiro de 2023 (pela data do pré-preenchimento)

Foi apontado pela equipe da unidade judicial que **no mês de janeiro de 2023 foram realizadas 52 (cinquenta e duas) audiências**, sendo respeitadas as férias dos advogados até o dia 20 do mês citado.

Foram realizadas até o dia 20 de janeiro audiências de conciliação e coleta de DNA, após o dia 20 a pauta seguiu o curso regular.

Na unidade são realizadas audiências **presenciais, semipresenciais e exclusivamente por vídeo.**

Por ocasião da inspeção **não possuíam dados quantitativos de quantas audiências foram realizadas em quais modalidades, haja vista que alguns pedidos são feitos nos autos, outros são realizados informalmente via e-mail ou balcão virtual.**

A unidade informou que preza pela celeridade dos atos processuais e considerando se tratar de uma comarca do interior, com deslocamento arriscado, haja vista que diversas partes residem em estados diferentes, assim como seus causídicos, os atos são otimizados. Destacou ainda a equipe da unidade que, quando se trata de partes que residem na zona rural (há um número considerável na região), as quais têm dificuldades de se transportar para as cidades e não possuem acesso ao Teams, **é criado um grupo no WhatsApp e a audiência é realizada por vídeo chamada, desde que haja anuência de todas as partes, sendo printado o ato e anexado aos autos como meio de prova e garantia da certificação do ocorrido.** Tudo em prol da otimização e aproveitamento da economia e celeridade processual.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?**

28 (vinte e oito) para o mês de fevereiro.

**8.3. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?**

Não

**8.4. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)**

Embora a unidade tenha informado a inexistência de processos nesta situação, a partir da lista de processos paralisados da unidade constante do Painel de gestão Judiciária, utilizando-se de filtro para o último movimento, restou verificado que a unidade possui 54 (cinquenta e quatro), processos suspensos por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

2ª VARA DE TAILÂNDIA

CASOS SUSPENSOS

54

Lista de processos suspensos

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	
00005259420178140074	2017	PJE1G	7	Procedimento Comum	7760 - Fornecime Antecipação de T
00007349720168140074	2016	PJE1G	7	Procedimento Comum	7698 - Perdas e D
00010070820188140074	2018	PJE1G	7	Procedimento Comum	8808 - Indenizaçã
00011246220198140074	2019	PJE1G	7	Procedimento Comum	7770 - Interpretaç Antecipação de T
00011523520168140074	2016	PJE1G	22	Procedimento Sumário	7760 - Fornecime Antecipação de T
00014936120168140074	2016	PJE1G	22	Procedimento Sumário	7760 - Fornecime Antecipação de T
00015152220168140074	2016	PJE1G	22	Procedimento Sumário	7760 - Fornecime Antecipação de T
00017290820198140074	2019	PJE1G	7	Procedimento Comum	7760 - Fornecime Interpretação / Re Tutela / Tutela Esp
00017741720168140074	2016	PJE1G	22	Procedimento Sumário	6226 - Inclusão In 7760 - Fornecime Antecipação de T
00020123620168140074	2016	PJE1G	22	Procedimento Sumário	7698 - Perdas e D Elétrica   8961 - Al

Último movimento

Por Incidente de Resolução ... ^

🔍 Pesquisar

- A depender do julgamento ...
- Convenção das Partes
- Execução frustrada
- Força maior
- Morte ou perda da capacid...
- Por decisão judicial
- Por Incidente de Resolução ...
- Provisório
- Recurso Especial repetitivo

Todos v

Dos 54 (cinquenta e quatro) processos suspensos por “Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva”, alguns tem como assunto fornecimento de energia elétrica. Destes extraem-se exemplos abaixo a partir do print de tela de parte da lista acima mencionada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

0007348720168140074	2016	PIEG	7	Procedimento Comum	7608 - Perdas e Danos	09/04/2019 11:54:03	12098	Por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
30011523520168140074	2016	PIEG	22	Procedimento Sumário	7760 - Fornecimento de Energia Elétrica   8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica	09/04/2019 16:26:35	12098	Por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
30013714820168140074	2016	PIEG	22	Procedimento Sumário	7760 - Fornecimento de Energia Elétrica   8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica	24/09/2019 09:10:55	11025	Suspensão ou Sobrestamento
30014936120168140074	2016	PIEG	22	Procedimento Sumário	7760 - Fornecimento de Energia Elétrica   8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica	09/04/2019 14:45:53	12098	Por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
30015152220168140074	2016	PIEG	22	Procedimento Sumário	7760 - Fornecimento de Energia Elétrica   8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica	09/04/2019 11:29:30	12098	Por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
30017741720168140074	2016	PIEG	22	Procedimento Sumário	8226 - Incluído Indevidos em Cadastro de Inadimplentes   7760 - Fornecimento de Energia Elétrica   8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica	10/04/2019 10:31:29	12098	Por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
30020123620168140074	2016	PIEG	22	Procedimento Sumário	7698 - Perdas e Danos   7760 - Fornecimento de Energia Elétrica   8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica	09/04/2019 11:47:06	12098	Por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
30024713820168140074	2016	PIEG	22	Procedimento Sumário	7760 - Fornecimento de Energia Elétrica   7780 - Indenização por Dano Material   8961 - Antecipação de Tutela / Tutela Específica	09/04/2019 14:24:43	12098	Por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
30035419020168140074	2016	PIEG	1112	Execução de Alimentos	9148 - Liquidação / Cumprimento / Execução	05/05/2020 15:25:06	25	Suspensão ou Sobrestamento
30036812720168140074	2016	PIEG	22	Procedimento Sumário	10423 - Indenização por Dano Moral   10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer	09/04/2019 15:59:53	12098	Por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
30038934820168140074	2016	PIEG	12154	Execução de Título Extrajudicial	9163 - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	17/09/2021 11:53:01	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou declaração
30044356620168140074	2016	PIEG	1112	Execução de Alimentos	9148 - Liquidação / Cumprimento / Execução	05/05/2020 15:47:03	25	Suspensão ou Sobrestamento
30044936920168140074	2016	PIEG	7	Procedimento Comum	7760 - Fornecimento de Energia Elétrica   10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer	19/09/2019 10:10:15	12098	Por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
30044970920168140074	2016	PIEG	1112	Execução de Alimentos	9148 - Liquidação / Cumprimento / Execução	05/05/2020 14:50:20	25	Suspensão ou Sobrestamento

Por amostragem, **extraiu-se os autos nº 0001152-35.2016.814.0074 (Procedimento Sumário/ Fornecimento de Energia Elétrica)** que se encontra na lista de suspensos desde 09.04.2016 por incidente de resolução de demanda repetitiva para fins de verificação por amostragem.

Tratam-se de autos que se iniciaram em meio físico, com migração dos sistema LIBRA em 14.06.2022. Consta petição eletrônica nos autos datada de 02.12.2022 apresentada pela Equatorial Pará para fins de juntada de documentos relativos a alteração cadastral. Até 05 de abril de 2023 os autos migrados ainda não tinham sido analisados, tratados (devida conferência, verificação de retificações de classes e atualizações de cadastros de partes), para que se concluísse o processo de virtualização dos mesmos, nem emitida a certidão para fins de abertura de vista às partes.

É necessária a adoção de providências quanto a todos os processos que estejam na situação de suspensão por “incidente de resolução de demanda repetitiva”, com a respectiva etiquetagem dos mesmos no sistema Pje e verificação a quais temas se referem e se os mesmos já não foram julgados pelos Tribunais Superiores para que as demandas sejam colocadas em conclusão para análise da retomada da marcha processual, tudo em atendimento à Diretriz 6 de 2023 da Corregedoria Nacional.

Ressalta-se que é importante utilizar a movimentação correta quando da suspensão pois quando da verificação da lista de suspensos no Painel de Gestão Judiciária será possível a utilização de filtros pelo motivo da suspensão, facilitando o controle de processos suspensos em razão de precedentes.

**8.5. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)**

Equipe da unidade deve atentar às observações do item anterior (8.4) e possuir periodicidade para verificação de julgamento de precedentes.

**8.6. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de interação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria**



Nacional 2023)

No ato da sentença, após a oitiva da defesa e do Ministério Público, o juízo determina a realização de Relatório Social via CRAS, o qual informaram como satisfatório para análise da extinção do cumprimento das medidas de semiliberdade. Ressaltaram que não há unidade de internação na comarca de Tailândia/PA, pelo que, nos casos de cumprimento de execução, os autos são remetidos para comarca de Belém/PA.

**Não informados os números de audiências concentradas em razão de acolhimento de crianças e adolescentes, sendo necessário manter o efetivo controle de pauta de tais demandas.**

**Foram constatados 37 (trinta e sete) processos no Setor Social (Pje) e 05 (cinco) processos no Setor Social (LIBRA)**

### 8.7. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?

**4 (quatro)**

### 8.8. Constam pendências de atualização no SNA, a partir do último relatório quadrimestral da CEIJ ainda não foram corrigidas?

**Sim. Unidade informou que haviam registros do andamento dos processos no campo “observação”.**

**SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO - SNA**  
**ÓRGÃO JULGADOR: 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE TAILÂNDIA**

2.2.66 - PRD

Fonte: SNA/CNJ – 27/02/2023.

**Tela SNA com apontamento de pendências.**

**Foi orientado durante a inspeção sobre a necessidade de efetivo controle das**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

informações no SNA, especialmente os casos de acolhimento, adoção, destituição de poder familiar, com periodicidade de realização de visitas e audiências concentradas.

8.9. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (*Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023*)

**NÃO SE APLICA. A unidade não possui competência para registros públicos.**

8.10. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (*Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023*)

**NÃO SE APLICA. A unidade não possui competência para registros públicos.**

8.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? (*Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023*)

**NÃO SE APLICA. A unidade não possui competência para registros públicos.**

8.12. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (*Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023*)

**NÃO SE APLICA. A unidade não possui competência para registros públicos.**

8.13. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

No item 8.1 a unidade informou que “*Por ocasião da inspeção não possuíam dados quantitativos de quantas audiências foram realizadas em quais modalidades, haja vista que alguns pedidos são feitos nos autos, outros são realizados informalmente via e-mail ou balcão virtual.*”

8.14. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação?

SIM

8.15. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (*gestão judiciária*)?

SIM

8.16. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (*gestão judiciária*)?

A Meta 2 foi cumprida em 2022

A unidade se encontra com a **Meta 2 cumprida para o ano de 2023, segundo dados do Painel de Gestão de 2023 com referência do Glossário de Metas de 2022**, que podem sofrer alteração com a publicação do glossário referente a 2023.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

No ano de 2023, mesmo atingido o percentual mínimo (80% do acervo total da meta) para fins de cumprimento da Meta 2, a unidade **ainda possui 156 (cento e cinquenta e seis processos) distribuídos até 31.12.2019 e até então não julgados. 1.072 (acervo total da meta) – 916 (julgados) = 156 (cento e cinquenta e seis) ainda pendentes de julgamento.**

**CRIMINAL – PREJUDICADO**

**A 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE TAILÂNCIA NÃO POSSUI COMPETÊNCIA CRIMINAL PELO QUE RESTARAM PREJUDICADOS OS QUESTIONAMENTOS CONSTANTES DOS ITENS 9 A 14 DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO PRESENCIAL.**

**15. OBSERVAÇÕES GERAIS**

- PROCESSOS FÍSICOS EXISTENTES EM SECRETARIA AINDA PARA ARQUIVAR.
- FOI APONTADA A EXISTÊNCIA DE **47** (QUARENTA E SETE) PROCESSOS MIGRADOS COM BASE NA NOTA TÉCNICA 001/2022-SDV. SENDO TAMBÉM INFORMADO QUE A ETIQUETA EXISTENTE FOI APOSTA PELO PRÓPRIO SETOR DE MIGRAÇÃO, HÁ NECESIDADE DE REGULARIZAÇÃO DOS CASOS DE NOTA TÉCNICA.
- **05 (CINCO)** PROCESSOS AINDA FÍSICOS NO SETOR SOCIAL – NÃO MIGRADOS E NÃO DIGITALIZADOS.
- **AUTOS Nº 00012497-61.2017.814.0074 – ADOÇÃO – PRIORIDADE – URGENTE – ESTÁ DENTRO DA PASTA DE PENDENTES DE MIGRAÇÃO.**
- EM BOC'S ACIONAM A DELEGACIA DE TAILÂNDIA PELO PJE – QUE TEM PROCURADORIA – MAS ELES NÃO RESPONDEM PELO SISTEMA, TENDO, POR VEZES QUE O OFICIAL DE JUSTIÇA SE DESLOQUE ATÉ A DELEGACIA PARA FINS DE INTIMAÇÃO.

**16. CORREIÇÃO ANUAL:**

**16.1. Data da última correção anual realizada na Unidade Judicial:**

22.02.22 a 23.03.22 – Referente à 2021. Autos nº 0000424-83.2022.2.00.0814.

**16.2. Existem registros de recomendações na correção ordinária anterior? Quais?**

Existem registros de recomendações na Correição anterior realizada pela própria



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

unidade.

Das recomendações apostas na correição anterior, ficam listadas abaixo as que não foram integralmente cumpridas:

**GABINETE:**

- Acompanhar e manter rotina de atualização do relatório SNA, verificando a inconsistência apontada pela CEIJ, assim como respondendo aos expedientes emitidos por aquela Coordenadoria;
- Realizar audiências concentradas e fiscalização no espaço de acolhimento sob sua jurisdição, observando Provimento 118/2021-CNJ;
- Observar o prazo legal de 180 dias para finalização dos processos de destituição do poder familiar e 240 para processos de adoção, atentos a necessidade de habilitação e de consulta ao cadastro de pretendentes a adoção, bem como à necessidade de manter atualizado o SNA;
- Determinar a organização da pauta de audiência em vista o incremento de audiências de instrução e julgamento, definindo um número mínimo de audiências de instrução mensal, não inferior a novos casos distribuídos considerando a média do último bimestre e o acervo garantindo a tramitação da ação em prazo razoável;
- Verificar sala no fórum (sala passiva) e estabilidade do serviço de internet para realização de audiência por vídeo conferência com juízo deprecante; NÃO RESTOU IDENTIFICADO NA RESPOSTA DA ANTERIOR SOBRE A SALA PASSIVA, APENAS SOBRE A INSTABILIDADE DA INTERNET
- Realização de reuniões mensais para confecção e atualização do PLANO DE AÇÃO, devendo incluir nas metas: 1- Finalização da verificação dos processos migrados que ainda estavam pendentes em tarefa específica no Pje; 2- Manutenção de baixo percentual de processo paralisados tanto na secretaria quanto no gabinete; 3- Baixa processual; 4- Alcance das metas nacionais; 5- participação nos projetos de conciliação nacional e estadual.

**SECRETARIA**

- Regularizar o relatório SNA, verificando a inconsistência apontada pela CEIJ, mantendo atualizado;
- Adotar providências para digitalização dos 05 (cinco) processos físicos que ainda se encontravam no setor social;
- Reduzir o quantitativo de processos paralisados há mais de 100 dias, tendo em vista que por ocasião da correição ainda constava percentual de 22,95%, evitando movimentação que não corresponda a trâmite regular;
- Movimentação dos 11 (onze) processos da lista obtida a partir do sistema SDJ (id 2372462 dos autos da correição nº 0000424-83.2022.2.00.0814);
- Integralização das pendências com relação às custas judiciais (expedição crédito, após autorização judicial – art. 46, §6º, Lei estadual nº 8.328/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

---

**Tailândia/PA, data da assinatura eletrônica.**

SILVIA MARA BENTES  
DE SOUZA COSTA:4596

Assinado de forma digital por  
SILVIA MARA BENTES DE SOUZA  
COSTA:4596  
Dados: 2023.06.16 10:24:21 -03'00'

**SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA**  
**Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça do TJPA**

**Lorena Ramos do Vale**  
**Analista Judiciária CGJ – Secretária da inspeção**